



Ronald Masijah, presidente do Sindinvest; Brizola Neto, ministro do Trabalho; Bira, presidente da CGTB; José Feijóo, assessor da Secretaria-Geral da Presidência; e Luiz Aubert Neto, presidente da Abimaq

Encontro reúne ministro Brizola Neto, Centrais, CNI, Abimaq e Abit em defesa do salário, do emprego e da indústria nacional

Com a participação de mais 300 sindicalistas de 103 sindicatos, dentre o total de filiados à Central, do ministro do Trabalho, Brizola Neto, e do assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Feijóo, a CGTB promoveu um histórico Encontro Nacional, em São Paulo, no dia 6 de

setembro, para debater sobre o salário, o emprego, a indústria nacional, a desnacionalização, a desindustrialização, câmbio e juros, enfim, o desenvolvimento nacional.

O evento contou com participação de dirigentes da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força

Sindical, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Sindicato da Indústria do Vestuário de São Paulo (Sindinvest), Confederação Nacional de Serviços (CNS), Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Organização das Co-

operativas Brasileiras (OCB) e instituto Adial Brasil.

Foi consenso nos debates a prioridade à indústria nacional de transformação, a continuidade da redução das taxas de juros, o equilíbrio do câmbio e o fortalecimento do mercado interno para o Brasil retomar o caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento.



Robson Andrade, pres. CNI



Ministro Brizola Neto destaca unidade entre trabalhadores, empresários nacionais e Estado

“Este é um encontro de trabalhadores e de empresários, mas também é do Estado. A história do desenvolvimento das forças produtivas brasileiras teve a mão forte do Estado, que foi fundamental para a passagem de um Brasil oligarca, de um Brasil atrasado, de um Brasil escravocrata para um Brasil modernizado, industrializado. Hoje, eu vejo por parte do capital, do trabalho e do Estado um consenso de que é preciso superar os entraves ao desenvolvimento nacional”, afirmou o ministro do Trabalho, Brizola Neto.

Segundo o ministro, “é importante a gente contextualizar a história do Brasil, um país que não nasceu como pátria, mas como colônia, quem tem ao longo dos anos a história da exploração de seus recursos naturais e a exploração econômica, ou seja, a história dos saques

dos recursos naturais e da exploração do trabalho. Foram mais de 200 anos de escravidão, uma passagem da escravidão para trabalho de regime formal que só foi possível com o processo revolucionário que se consolidou em 1930”.

Conforme Brizola Neto, quando Vargas apontou a necessidade da união entre a indústria nacional, os trabalhadores e o Estado, ele foi incompreendido: “E aí movimentos, inclusive patrocinados por Estados estrangeiros, achavam que aquele presidente que defendia soberania, desenvolvimento e justiça social estava errado e preferiram se associar a interesses estrangeiros e até surgiu uma tal de teoria da dependência que dizia assim: só vamos nos desenvolver associados aos interesses estrangeiros. E chegou multinacional em nosso país. Essa associação invia-

bilizou o governo Vargas, ajudado por uma imprensa que nunca foi nacional, que sempre defendeu os interesses estrangeiros em nosso país”.

“Na década de 90 a nossa economia era dolarizada. Um dólar chegou a valer menos de um real. A gente tinha juros de agiota, uma taxa de 45% ao mês.

Era um convite à especulação, ao rentismo. Mais que um obstáculo, um crime que impedia qualquer brasileiro a produzir”, acrescentou Brizola Neto.



Ronald Masijah, pres. Sindinvest; ministro Brizola Neto; Bira e Carlos Pereira, pres. e sec. geral CGTB; e Luiz Aubert Neto, pres. Abimaq

Desenvolvimento com inclusão social

“O que temos visto aqui é uma crítica ao modelo neoliberal. Nós temos uma realidade que não foi construída por nós, mas que temos de administrar: mais de 50% da indústria é constituída de multinacional. O setor de automóvel, por exemplo, não é constituído de setor nacional”, disse o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopez Feijóo.

Segundo ele, o processo não começou agora: “Todo o parque nacional de autopeças, como Metal Leve e Cofap, se perdeu”.

De acordo com Feijóo, o governo Dilma fez “a opção de desenvolvimento com inclusão social. Não tem outro país no mundo que incluiu 40 milhões no mercado”.



José Feijóo, ass. sec. geral Presidência

Não há país desenvolvido sem uma forte indústria de transformação

“Nós estamos trabalhando por um Brasil melhor. Não existe país desenvolvido que não tenha uma indústria de transformação desenvolvida”, destacou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, ao iniciar sua apresentação “Desindustrialização e desnacionalização - um risco à soberania”. A balança comercial da indústria de transformação, de 2004 a 2011, já acumula déficit superior a US\$ 100 bilhões.

De acordo com o empresário, “desde os anos 90 há uma tendência crescente de desnacionalização das empresas de capital nacional, tanto estatais quanto privadas”, com

a desnacionalização ocorrendo “de forma mais intensa nos setores de alta tecnologia e de serviços”.

Em sua avaliação “as empresas estrangeiras compradoras não têm interesse em transferir tecnologias para as subsidiárias compradas”. Aubert Neto ressaltou que “grande parte do investimento estrangeiro (IED) no Brasil tem sido destinado a aquisições e fusões de empresas existentes e não para a implementação de novos investimentos”.

“A Abimaq foi fundada em 1937 através do Sindicato das Indústrias de Máquinas Têxteis. Hoje não existe nenhum fabricante de máquina têxtil no Brasil. É tudo importado”, destacou.

Abit: o setor é genuinamente nacional

“A maior cadeia produtiva integrada do ocidente de têxtil e confeccionados é a brasileira. Temos todas as matérias-primas. Nenhum país do mundo consegue ter todo esse elenco de matérias-primas, prontas para serem transformadas. O faturamento de US\$ 63 bilhões não é do tamanho do faturamento da indústria automotiva, mas chega muito próximo, que é na base de US\$ 100 bilhões, que é uma indústria importante, mas é uma indústria internacional e a indústria têxtil e de confecção

é uma indústria genuinamente nacional, que não remete lucro para o exterior e reinveste aqui dentro”, frisou o superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Pimentel.



Fernando Pimentel, pres. Abit

CNI: “Só com indústria forte teremos emprego de qualidade”

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, cumprimentou a CGTB por conseguir reunir representantes dos trabalhadores e empresários para debater sobre do fortalecimento da indústria: “Temos de ter coragem de trabalhar juntos, empresários e trabalhadores, em prol das empresas instaladas no Brasil. Só com uma indústria forte teremos empregos de qualidade, com bons salários e um mercado consumidor de peso”.

Andrade defendeu que empresários e trabalhadores façam esforços para melhorar a competitividade da indústria brasileira, que, segundo ele, teve um recuo de 2,1% na produção dos últimos 12 meses.

O dirigente da CNI listou alguns dos entraves à maior competitividade da indústria nacional: “A presidente Dilma tem feito um esforço para a redução dos juros, mas o

câmbio ainda não dá competitividade para a empresa brasileira. Nós temos uma carga tributária alta, os juros, o câmbio, a infraestrutura e o custo de energia”.

“No passado tivemos uma grande indústria de autopeças, mas hoje vive à míngua, pois estamos importando. Então, do jeito que está, se chega alguém com alguma proposta, ele vira importador”, disse.



Robson Andrade, pres. CNI

Boletim CGTB é uma publicação da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), filiada à Federação Sindical Mundial (FSM) e à Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

Endereço: Rua Conselheiro Brotero, 589, 8º andar, Santa Cecília, São Paulo-SP. CEP 01154-001

Tel./fax: (11) 3288-1196

E-mail: <cgtb@cgtb.org.br>, <imprensa@cgtb.org.br>

Presidente: Ubiraci Dantas de Oliveira

Secretário de Comunicação: Paulo Teixeira Sabóia (licenciado)

Edição e redação: Valdo Albuquerque (MTb 37.516/SP)

Fotos capa: Cláudia Mifano e Fábica Mercadante

Produção: Estúdio Brasil (11 2495-7202)

Tiragem: 20.000

Setembro de 2012

www.cgtb.org.br

Bira: "Ampliar o investimento público e frear a desnacionalização"

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), apontou os equívocos da política econômica - de privilegiar os bancos, estrangular a indústria nacional e arrochar os trabalhadores, supostamente para aumentar os investimentos e viabilizar a retomada do crescimento - e defendeu a correção do rumo, com fortalecimento do mercado interno, redução acelerada dos juros, equilíbrio do câmbio, enfretamento à desnacionalização e prioridade à indústria nacional nos financiamentos do BNDES e nas compras governamentais. A seguir, uma condensação do seu discurso.

No primeiro semestre deste ano foram destinados aos bancos R\$ 196,426 bilhões, entre juros e amortizações, segundo o Tesouro Nacional. Já os investimentos somaram tão somente R\$ 4,774 bilhões, o que equivale a 5,3% da dotação orçamentária de R\$ 90,073 bilhões para investimentos, aprovada pelo Congresso Nacional. Em relação ao PIB, o investimento caiu de 19,5% no final do governo Lula para os atuais 17,9%, de acordo com o IBGE.

A redução paulatina da taxa básica de juros, desde agosto de 2011, redundou em uma ligeira melhora no câmbio. No entanto, essa melhora não foi capaz de reverter o baixo desempenho da economia brasileira.

O Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento de apenas 0,4% no segundo trimestre, na comparação com o trimestre anterior, de 0,5% em relação ao mesmo trimestre do ano passado e de 0,6% no primeiro semestre, ante o mesmo período de 2011.

A economia definha em função do processo de desindustrialização que vive o país, fruto de uma brutal desnacionalização da economia e da redução dos investimentos.



Ubiraci Dantas, presidente da CGTB

Desde 1995, mais de 2.500 empresas foram desnacionalizadas. Apenas nos primeiros seis meses de 2012, 167 passaram para o controle do capital estrangeiro. O crescimento exponencial da desnacionalização e desindustrialização fez despencar a participação da indústria na formação do PIB, de 27,2% em 1985 para 14,6% em 2011, passando o país a viver de exportações de bens primários e a consumir importados.

Querem nos fazer crer

mas a maioria dos países não. Em 2011, a China cresceu a uma taxa de 9,2% e a Índia, 7,4%. Houve expressivos crescimentos em vários países da Ásia, África e América Latina. A média dos países da América do Sul, excetuando o Brasil, ficou acima dos 6,5%. Portanto, o desabamento do PIB - de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011 e para menos de 2% em 2012, segundo projeções - e a crise da nossa indústria se deveram à adoção de uma política

que esse desempenho da economia brasileira se dá em função de uma crise mundial e que não há nada a fazer a não ser nos render. A crise não é nossa, é dos monopólios financeiros e atingiu em cheio os Estados Unidos, Europa e Japão,

que esse desempenho da economia brasileira se dá em função de uma crise mundial e que não há nada a fazer a não ser nos render. A crise não é nossa, é dos monopólios financeiros e atingiu em cheio os Estados Unidos, Europa e Japão,

que esse desempenho da economia brasileira se dá em função de uma crise mundial e que não há nada a fazer a não ser nos render. A crise não é nossa, é dos monopólios financeiros e atingiu em cheio os Estados Unidos, Europa e Japão,

que esse desempenho da economia brasileira se dá em função de uma crise mundial e que não há nada a fazer a não ser nos render. A crise não é nossa, é dos monopólios financeiros e atingiu em cheio os Estados Unidos, Europa e Japão,

Não tem desenvolvimento sem indústria nacional forte

"A primeira coisa que eu queria dizer é que a CTB assina embaixo o pronunciamento feito pelo Bira. Nós fizemos uma conferência no Pacaembu [em 1º de junho de 2010] cuja principal plataforma era o desenvolvimento com distribuição de renda e emprego", afirmou o presidente da CTB, Wagner Gomes.

Conforme Wagner, a política econômica do governo Dilma está equivocada.

"Com a política de hoje, quem tem dinheiro põe na especulação. Mas não tem política de desenvolvimento sem indústria nacional forte", destacou.

"Precisamos manter a unidade das centrais, dos movimentos sociais e do setor produtivo empresarial. Mas, nós temos de fazer a nossa parte, que é de pressionar o governo para avançar nas mudanças", disse.



Wagner Gomes, pres. CTB

Fábria Mercadante

Essa é a hora da unidade entre trabalhadores e empresários nacionais

"Considero este seminário importante para a classe trabalhadora e para o nosso país. Corroborando com o companheiro Wagner, quero dizer que o documento apresentado pelo companheiro Bira tem a ver literalmente com a unidade de ação das Centrais Sindicais brasileiras. Mostra claro a diferença entre o monetarismo e o desenvolvimentismo", afirmou o secretário-geral da UGT, Canindé Pegado.

Para o dirigente da UGT, "a dificuldade é grande para que a política nacional-desenvolvimentista seja a mais importante de nosso governo. Desde 2005, 2.500 empresas foram desnacionalizadas. E só fazer uma continha rápida, são 365

empresas por ano, ou seja, em cada dia neste Brasil uma empresa é desnacionalizada".

"Essa é a grande hora da unidade ente os trabalhadores e empresários nacionais. O ato que n[os] fizemos em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, com mais de 90 mil trabalhadores, foi a medida exata que nós, trabalhadores, queremos a indústria nacional forte", disse Pegado.



Canindé Pegado, sec. geral UGT

Fábria Mercadante



Luizinho, dir. Força Sindical

Manter a luta contra a desindustrialização

"O nosso compromisso de ratificar a unidade das Centrais, que tem possibilitado o fortalecimento do movimento sindical. Há pouco tempo nós fizemos ma campanha contra a desindustrialização, é uma luta que devemos manter", observou o dirigente da Força Sindical Luiz Carlos de Oliveira (Luizinho).

"Há pouco tempo fizemos pelo Brasil toda manifestações para defender a indústria nacional e o emprego. Precisamos também defender melhores condições de trabalho. Para nós, defender a indústria é defender o trabalho decente e um salário digno para o trabalhador", acrescentou Luizinho.



Secretarias nacionais da CGTB aprovam ampliação da campanha de filiação

Na segunda parte do encontro, as secretarias da Construção Civil, Vestuário, Movimentação de Mercadorias, Aposentados, Servidores Públicos, Aquaviários, o vice-presidente da CGTB e da Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto, Adilson Santana, e o presidente do Sindicato dos Músicos de Araraquara, Manuel

Clemente, deram os respectivos informes da situação nesses setores. A principal decisão das secretarias foi a de ampliar a campanha de filiação à CGTB.

A constituição de secretarias foi um dos principais fatores do crescimento da CGTB, um salto qualitativo em sua organização e que tem possibilitado ampliar as lutas e a conquista de expres-

sivas vitórias, entre as quais a Lei 12.023/09, que regulamenta a movimentação de mercadorias; a suspensão por até 180 dias do cumprimento da Lei do Descanso dos Caminhoneiros; as reuniões mobilizações para fazer valer o acordo nacional de melhoria das condições de trabalho na construção civil; a luta pelo cumprimento da Resolução Normativa nº

72, do Conselho Nacional de Imigração, um dos mais importantes mecanismos de proteção ao mercado de trabalho dos marítimos brasileiros; as lutas pelo fim do fator previdenciário e para impedir a terceirização em atividade fim; a luta contra a desindustrialização e o importacionismo no setor vestuário.

Este seminário represen-

tou a retomada da luta mais geral contra a desnacionalização e a desindustrialização e pela retomada do crescimento econômico. Obtivemos vitórias como a redução dos juros e a melhora do câmbio, mas são ainda insuficientes, pois a produção industrial continua patinando e até o próprio governo admite que o PIB este ano ficará abaixo de 2%.